



Empresa Brasil de Comunicação - EBC
 SCS Quadra 06, Bloco B 50 - 1º subsolo
 Edifício Super Center - Várzea 2000
 Caixa Postal 08840 Brasília - DF
 CEP: 70333-900
 www.ebc.com.br

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC, REALIZADA AOS DIAS DEZENOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS, NA SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA/DF, NA FORMA ABAIXO.

CNPJ Nº 09.168704/0001-42 NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 14 horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008. **Conselheiros presentes: Ana Luiza Fleck Saibro; Ana Maria da Conceição Veloso; Akemi Nitahara Souza; Enderson Araújo de Jesus Santos; Evelin Maciel - Vice Presidenta; Isaias Dias; Ima Célia Guimarães; Joelzito Almeida de Araújo; Leticia Luiza Yawanawá; Mario Augusto Jakobskind; Paulo Ramos Derengoski; Rita de Cássia Freire Rosa – Presidenta; Rosane Maria Bertotti; Takashi Tome; Venício Artur de Lima; Juliana Agatte - Representante do Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência de República/Secom; Pola Ribeiro - Representante do Ministro da Cultura. Pedro Varoni na qualidade de Diretor-Geral da EBC; Ricardo Melo - Diretor de Jornalismo; Myriam Porto - Diretora de Produção; Tiago Nunes Severino - Ouvidor-Adjunto. Conselheiros ausentes: Cláudio Lembo; Heloísa Starling; Wagner Tiso.** A reunião foi convocada para atender à seguinte pauta: **PRIMEIRA PARTE – Das 13h30 às 16h.** 1 – Abertura, leitura e aprovação da Pauta da 61ª Reunião Ordinária do Conselho Curador; 2 – Leitura e aprovação da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Curador (03/06); 3 – Informe da Câmara de Jornalismo; 4 – Relatório da Ouvidoria e relatório de gestão trimestral; 5 – Análise da atual conjuntura da EBC. **SEGUNDA PARTE – Das 16h15 às 19h.** 1 – Análise e aprovação de edital da consulta pública; 2 – Informes das demais Câmaras; 3 – Informes da Empresa; 4 – Encaminhamentos e calendários. A presidenta **Rita Freire** abriu a 61ª Reunião Ordinária dando as boas-vindas a todos. Informou que a sessão estava sendo transmitida pela internet pelo *link* conselhocurador.ebc.com.br/transmissãoaovivo, e também com a tradução em libras. Em seguida anunciou a presença do novo diretor-geral da EBC, **Pedro Varoni**, transmitindo, em nome do Conselho Curador, votos de feliz gestão. Em seguida, a presidenta **Rita Freire** discorreu sobre o momento político difícil que o país está atravessando e que o Conselho Curador estava preocupado com o papel que a EBC teria que cumprir nessa travessia, com todas as incertezas inerentes aos fatos, e a posição da direção do jornalismo da empresa. “Nós não podemos achar

1

que a EBC pode se dar ao luxo de fazer qualquer jornalismo que não busque um pouco profundidade e um pouco de pluralidade”. Ela explicou que essa fora a recomendação do conselho na última reunião. “Então nós queremos hoje, nesta sessão, saber se essas recomendações estão sendo seguidas e como o esforço da empresa de enfrentar este momento com o trabalho que esteja à altura do que a sociedade precisa, como melhorar e com que estratégias nós podemos contribuir também para essa travessia”. Em seguida, a presidenta **Rita Freire**, em nome do conselho, homenageou a conselheira **Leticia Luiza Yawanawá**, aproveitando a passagem do Dia Nacional do Índio, com a indicação de que a conselheira passaria a ser chamada **Matsa Hushahu Yawanawá**, atendendo solicitação da conselheira que estava resgatando o nome que lhe fora dado pelo seu povo. Neste momento, o novo nome passaria a ser estampado no prisma em caráter definitivo. A conselheira **Matsa Hushahu Yawanawá** tomou a palavra para agradecer a homenagem e disse que o dia 19 de abril é o dia da resistência dos povos indígenas, pois os indígenas eram considerados invisíveis, mas com a participação de movimentos da sociedade civil essa invisibilidade tem diminuído. A conselheira **Matsa Hushahu Yawanawá** agradeceu aos membros do Conselho Curador pelo reconhecimento do seu novo nome e disse que esperava continuar como conselheira para poder colaborar e dar voz às mulheres do seu povo. A presidenta **Rita Freire** recomendou à empresa que as pautas da população indígena tivessem cobertura mais ampliada do jornalismo da EBC para que as reivindicações deles fossem intensificadas na discussão das questões indígenas. Dito isso, a presidenta **Rita Freire** referiu-se ao programa Viva Maria que havia entrevistado uma vítima da tortura da ditadura do Brasil, Amélia Teles. Nesse sentido, a presidenta **Rita Freire** sugeriu ao conselho a aprovação de duas moções: 1) De repúdio ao deputado Jair Bolsonaro, que prestou homenagem, durante votação pela admissibilidade do *impeachment* na Câmara dos Deputados, ao coronel Brilhante Ustra, reconhecido como torturador na época ditatorial; 2) De cumprimento ao programa Viva Maria pela solidariedade com os familiares de desaparecidos políticos. O conselheiro **Mário Jakobskind** sugeriu que nas moções pudesse ser mencionado que a tortura é consignada como crime inafiançável e que com a Lei de Anistia muitos desses crimes ficaram impunes. A presidenta **Rita Freire** ratificou então a aprovação das duas moções, de repúdio e de cumprimento, e também recomendação à empresa com relação à cobertura mais intensiva das questões indígenas do Brasil. Dando seguimento, a presidente **Rita Freire** passou a palavra ao coordenador da Câmara de Jornalismo, **Mário Jakobskind**, para o relato da reunião que foi realizada com a direção de jornalismo da EBC, recomendando que fosse complementado na sua fala pela conselheira **Ana Fleck**. O conselheiro **Mário Jakobskind** narrou que na reunião foram lembrados temas como o momento político atual e as muitas reclamações recebidas de telespectadores que nos debates feitos na programação da EBC não são convidados o “outro lado”. Segundo a direção de jornalismo, os convidados ditos do “outro lado” nem sempre aceitam o convite. Nesse sentido, a recomendação feita seria que nas próximas vezes quando houver negativas de convite que fosse informado ao telespectador que o convidado tal fora convidado, mas não compareceu para mostrar que a mídia pública privilegia o debate com todos. O conselheiro **Mário Jakobskind** salientou também que a direção de jornalismo afirmou que sempre tivera liberdade de fazer suas pautas, mas que no momento atual, fez-se opção de dar vez e voz a setores da sociedade que não os têm nos meios de comunicação comercial. A conselheira **Ana Fleck** discordou da

posição do conselheiro anterior, que, segundo ela “o papel da mídia pública não é ser militante” e que as bancadas poderiam contrabalançar convidando pessoas diferentes, e que deveriam insistir nesse ponto de vista, na atuação jornalística: “Agora copiar a mídia privada, fazer a mesma coisa ao contrário, eu acho que não é o papel da EBC”. A presidenta **Rita Freire** pediu para que todos os relatos fossem feitos, dos trabalhadores, da Ouvidoria, primeiramente, para depois dar início aos debates, pois estariam mais bem consubstanciados com os subsídios recebidos. O conselheiro **Paulo Derengoski** parabenizou a presidenta **Rita Freire** pelas palavras sobre o momento atual político e sugeriu a continuidade do “Fique de Olho” e que já deveriam constar nele o Dia Nacional do Índio, prestando inclusive homenagem à conselheira Matsa, com citação na língua indígena, o dia 21 de abril, Inconfidência Mineira, e também a Batalha de Montese, durante a II Guerra Mundial, na qual muitos brasileiros perderam as vidas. O conselheiro **Paulo Derengoski** destacou que concorda com o conselheiro **Mário** que o jornalismo da EBC deveria focar um lado e que deveriam contraditar a imprensa comercial. A presidenta **Rita Freire** agradeceu ao conselheiro, afirmando-lhe que o Fique de Olho voltará à pauta nas próximas reuniões. Em seguida, anunciou o relato da reunião com os trabalhadores pela conselheira **Akemi Nitahara** que expôs sua preocupação, pois, segundo ela, os funcionários teriam demonstrado que a cobertura da televisão estava desequilibrada, tendenciosa, até em termos de tempo. A conselheira **Akemi Nitahara** salientou que fizera um levantamento e que foram dedicadas 2h33 a favor do *impeachment* e 12h20 contra, inclusive cortando a programação ao Vivo para transmissão só do ato, sem um repórter ou comentarista fazendo análise da situação. O conselheiro aparteu-a dizendo que num desses atos foi a manifestação dos artistas no Rio de Janeiro, com a presença de Chico Buarque, que, segundo ele, é um nome nacional e estimado pela população brasileira. Dando continuidade ao relato, a conselheira **Akemi Nitahara** disse concordar que o jornalismo tem que mostrar o “outro lado”, mas que considera que é mostrado mais um lado do que outro, mas que tem até, segundo ela: “conseguido até manter certo equilíbrio no jornal em si, mas em se tratando das bancadas e das coberturas ao vivo, todos são bem a favor”. A conselheira **Akemi Nitahara** salientou que, na reunião, foi solicitado ao Comitê Editorial algumas mudanças e recomendações para tentar equilibrar um pouco mais e colocar também os concursados na bancada para ajudar nos programas, com muitos convidados, para poder contribuir um pouco mais, pois, segundo ela, eles têm uma visão muito clara do que é a comunicação pública, jornalismo e de ter certa isenção. Finalizado o relato, foi dada a palavra ao ouvidor-adjunto, **Tiago Severino**, que explicou que estava substituindo a ouvidora Joseti Marques que estava em viagem, na apresentação do Relatório da Ouvidoria do mês de março de 2016. Iniciando a apresentação, ele disse que recebera um comentário de uma ouvinte que questionava o posicionamento do Repórter Brasil depois da prisão coercitiva do presidenta Lula, que, segundo a ouvinte, depois disso, a TV Brasil teria tomado uma postura mais pró-governo. No entendimento da Ouvidoria, percebeu-se certa parcialidade nas intervenções do apresentador, com falas muito longas e perguntas com direcionamento político notório. Nesse mesmo programa, segundo ele, há uma nota sobre a juíza que recebeu a denúncia do Ministério Público de São Paulo contra o ex-presidenta Lula. A nota fora dada atribuindo à juíza desqualificação para julgar o caso. Com relação às manifestações e atos contra e pró-*impeachment*, o ouvidor-adjunto, **Tiago Severino**, destacou os seguintes pontos: 1 – Posicionamento dos repórteres que desfavorecia

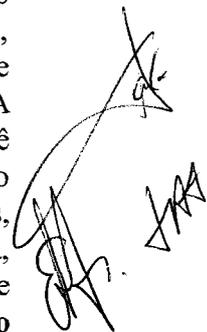


3











completamente mostrar a mobilização que havia naquele momento; 2 – Cobertura de fatos sem relevância na Esplanada dos Ministérios em detrimento de discursos que seria importante tê-los registrado; 3 – Certa insistência nas perguntas sobre a capacidade de reação da esquerda; 4 – Registro da fala do juiz Sérgio Moro sem mostrar todo o conteúdo, dando outro sentido à fala. O conselheiro **Mário Jakobskind** solicitou um aparte para afirmar que o juiz Sérgio Moro havia pedido desculpas ao STF por ter tomado uma atitude precipitada. O ouvidor-adjunto, **Tiago Severino**, elogiou a cobertura do Repórter Brasil Tarde nas manifestações do dia 17 de março na Faculdade de Direito: “Foi uma cobertura exemplar, muito boa, porque foi no dia que houve a suspensão do ex-presidente Lula, as informações, os fatos aconteciam ali ainda durante o final da manhã e início da tarde, então o Repórter Brasil conseguiu dar as notícias no momento que elas aconteciam, então foi um jornal muito bom em termos editoriais, em termos de cobertura, com informações daqui de Brasília, do Rio de Janeiro”. O representante do ministro da Cultura, **Pola Ribeiro**, disse que a sociedade brasileira estava revoltada com o absurdo que estava acontecendo na mídia brasileira. Dando prosseguimento, o ouvidor-adjunto, **Tiago Severino**, avaliou dois aspectos das transmissões do dia 18 de março: 1 – *Selfie* de um comentarista no estúdio; 2 – Ênfase inadequada na leitura de nota que foi dada da suspensão da liminar sobre o ex-presidente Lula na Casa Civil. Segundo ele, o programa Caminhos da Reportagem fez uma edição primorosa quando da edição especial sobre as manifestações. “Houve uma discussão importante sobre a polarização política no país, diversos segmentos sociais, diversas pessoas que estão envolvidas tanto de um lado como de outro foram entrevistadas”. Análise similar foi feita pela Ouvidoria com relação ao especial da Agência Brasil dos dois anos da Operação Lava-Jato. O ouvidor-adjunto **Tiago Severino** relatou que numa matéria relativa a um deputado federal do Rio de Janeiro que queria fazer o pedido de *impeachment* do ministro do STF, Gilmar Mendes, segundo ele, faltaram na matéria explicar os elementos jurídicos e a fundamentação do pedido, e que isso teria dificultado o entendimento do leitor leigo. Na transmissão da missa do dia 13 de março, o padre, durante a celebração da missa, fez convocação dos ouvintes para participarem da manifestação. Também foi identificado que no programa chamado Reencontro, um deputado federal do Rio de Janeiro que também é pastor fez um discurso favorável ao *impeachment* dentro desse programa religioso. Isso aconteceu no dia 10 de abril. Rádio MEC-FM do Rio de Janeiro operando abaixo da sua capacidade em razão da falta de condições técnicas, advindo daí várias reclamações de ouvintes. O ouvidor-adjunto **Tiago Severino** informou que a Ouvidoria realiza uma pesquisa qualitativa sobre cada um dos veículos da EBC e que o resultado foi bastante positivo no que se refere à programação da emissora. O detalhamento da pesquisa está dentro do relatório e já publicado na página da Ouvidoria. Para concluir, o ouvidor-adjunto **Tiago Severino** esclareceu que na parte final do relatório estão registradas as manifestações do público, as colunas da Ouvidoria e a resposta da Ouvidoria sobre a falta dos programas que, segundo ele, também é uma preocupação da Ouvidoria. Finalizada a apresentação, a presidenta **Rita Freire** abriu o debate sobre os relatos de duas reuniões e o relatório da Ouvidoria, todos sobre a cobertura jornalística. A conselheira **Rosana Bertotti** ponderou que as posições tiradas nos trabalhos em grupo e das reuniões das câmaras não representam a posição do pleno do Conselho Curador e que essa afirmação é importante para evitar conflitos entre os pares do colegiado. A conselheira **Rosana Bertotti** elogiou o jornalismo do programa Repórter Brasil














que, segundo ela, faz uma ação jornalística nem do lado A e nem do B “Aqui se trata de uma questão de democracia e aqui é um espaço de comunicação pública. A conselheira **Rosana Bertotti** disse discordar veementemente da questão da cor roupa para os repórteres e apresentadores. No que diz respeito à questão dos grampos, segundo ela, os jornalistas têm a Constituição e a lei brasileira para orientá-los e que se soma aos demais nos cumprimentos pelo trabalho feito. O representante do ministro da Cultura, **Pola Ribeiro**, destacou o papel da comunicação pública brasileira: “Temos que avançar na comunicação pública, continuar mantendo viva essa chama e ir corrigindo os possíveis erros de um lado e de outro que possamos estar cometendo, porque ainda não aprendemos a fazer, estamos aprendendo a fazer a TV Brasil, aprendendo a fazer a EBC, aprendendo a fazer a comunicação pública no Brasil e os erros devem ser bem secundarizados pelo grau de importância que teve a cobertura e a relevância que ganhou nesses últimos 15/20 dias em comparação com anos. A sociedade passou a reconhecer a TV Brasil”. O conselheiro **Venício Lima** observou que o relatório da Ouvidoria é muito importante e que os conselheiros deveriam tomar conhecimento dele antes da reunião do pleno. Para isso sugeriu que fosse encaminhado a todos a versão impressa para facilitar o trabalho de análise. O conselheiro **Venício Lima** discorreu sobre uma carta enviada à Ouvidoria, com reclamação expressa dirigida ao repórter Vítor Ribeiro, no programa Repórter Brasil Manhã, que, na abertura, faz menção à visita da presidenta Dilma Rousseff a São Paulo em solidariedade ao ex-presidente Lula, e que fora apresentada somente a versão dos críticos e inimigos do ex-presidente e partidários do *impeachment* da presidenta. Segundo o conselheiro, a Ouvidoria não havia ainda feito uma resposta formal à carta enviada. O ouvidor-adjunto **Tiago Severino** explicou que não se recordava dele, mas que iria verificar para dar o retorno adequado ao conselho. O conselheiro **Venício Lima** teceu elogios ao programa do Caminhos da Reportagem, do dia 23/04, sobre as manifestações e a polarização política na mídia, porém, ele observou que na última parte, na questão específica da imprensa, ele teria sentido falta de que fossem ouvidas pessoas que tivessem uma visão mais crítica da cobertura da mídia. Outro ponto destacado pelo conselheiro **Venício Lima** foi sobre a matéria divulgada pela Agência Brasil, no dia 17 de março, com relação à justificativa que o juiz Sérgio Moro apresentou para ter divulgado o grampo da conversa da presidenta Dilma com o ex-presidente Lula, comparando essa situação brasileira com o episódio *Watergate*, pois, segundo ele, a situação brasileira é totalmente distinta. “Ou seja, as matérias da Agência Brasil corroboram uma justificativa equivocada, deliberadamente usada pelo juiz Sérgio Moro”. O ouvidor-adjunto **Tiago Severino** esclareceu que a Ouvidoria teria uma análise sobre a questão do caso *Watergate* na página 22 do relatório, no Saiba Mais que a Agência Brasil fez em relação a esse caso e que um dos apontamentos seria justamente esse. Outro ponto que o conselheiro **Venício Lima** abordou foi com relação à linha de cobertura que a EBC, sobretudo a TV tem adotado. Ele lembrou que o fundamento para a própria existência da Empresa Brasil de Comunicação é o art. 223 da Constituição Federal que fala do princípio da complementariedade entre os sistemas públicos privado e estadual, e isso se traduz no ponto de vista do equilíbrio no número de concessões entre os diferentes sistemas. E a outra complementariedade se refere à questão do conteúdo, que, segundo ele, as empresas públicas deverão oferecer um conteúdo que está ausente das emissoras privadas e também eventualmente nas empresas estatais. Nesse sentido, ele afirmou que encontra abrigo inclusive numa justificativa





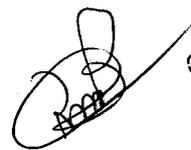







constitucional que a EBC neste momento priorize a cobertura das vozes que não encontram guarida no sistema privado. O conselheiro **Takashi Tome** ressaltou a importância da EBC, do Conselho Curador e da Ouvidoria para a consolidação da comunicação pública no país. Ele destacou dois pontos do relatório da Ouvidoria para comentários: 1 - Questão dos grampos. O conselheiro disse concordar com a posição da Ouvidoria no sentido de que o repórter deveria ter consultado algum jurista e fazer referência à fonte quando disse que o grampo pudesse ser legal ou ilegal. 2 – A questão da postura dos apresentadores. Nesse item, ele concorda que a cor da roupa transmite mensagens, como outros indicativos. Ele salientou também que o papel da Ouvidoria é “Apontar os erros. Somente quando a Ouvidoria nos aponta os erros é que conseguimos trabalhar para melhorar esta empresa”. O conselheiro **Isaias Dias** disse se sentir representado na EBC, pois nas outras mídias privadas não falam sobre a questão da pessoa com deficiência, do negro, do LGBT, dos avanços conquistados e sugeriu que a TV Brasil pudesse propor debates sobre a questão do trabalho, com pessoas da direita, e com um defensor da classe trabalhadora, segundo ele, seria esclarecedor. O conselheiro **Isaias Dias** ponderou que a utilização de libras permeando os debates é essencial para que a população acompanhe as questões brasileiras e que é importante que a TV Brasil tenha todas as formas de comunicação de acessibilidade. O conselheiro **Anderson Araújo** disse que não sentia parte da cobertura sobre a atual política na TV Brasil e sugeriu que os canais de mídia da EBC pudessem convidar jovens para os debates, para que a juventude pudesse fazer uma leitura crítica a partir de outro jovem, e de como os jovens que são lideranças de movimentos no país, estão vendo este momento. Outro ponto relevante, segundo ele, é que na cobertura política a maioria das pessoas que aparece não representa as pessoas que moram nas favelas, pelo tipo de discurso, outro tipo de abordagem, e que é importante levar para o debate outras referências que fazem sintonia com esse segmento. O conselheiro **Joelzito Almeida de Araújo** registrou e deu os parabéns a duas iniciativas contrárias. A primeira delas refere-se aos funcionários da EBC que ao Conselho Curador fizeram uma série de críticas, tendo como intenção a defesa de uma televisão pública imparcial. E a segunda registrou cumprimentos à TV Brasil que passou, segundo ele, a ser conhecida e a existir no seio da população brasileira. O conselheiro **Joelzito Almeida de Araújo** teceu críticas à Agência de Notícias pela narrativa tradicional, incapaz de estabelecer outro tipo de narrativa e que segundo ele: “Eu uso a narrativa porque eu acho que essa construção da realidade que está muito presente, eu acho que o nosso papel é muito mais do que ser imparcial. O nosso papel é também de questionar e de trazer outras narrativas que estão na sociedade”. A conselheira **Ana Maria Veloso** informou que a questão do equilíbrio das mulheres nas bancadas da EBC foi tratada na reunião com o setor de jornalismo da EBC e que o jornalismo precisa além de ser equilibrado no tocante ao conteúdo, oferecer diversas fontes, pluralidade, diversidade, diversos olhares, apresentar o ponto de vista das mulheres. A conselheira **Ana Maria Veloso** apresentou cumprimentos a Mara Régia, programa Viva Maria, pelo depoimento de uma mulher que foi vítima, torturada pela ditadura civil militar. A conselheira **Ana Maria Veloso**, ao tempo em que manifestou apoio ao trabalho da Ouvidoria, conclamou o setor Jurídico da EBC para que tomasse providências relativas à questão dos fundamentalismos religiosos, dos programas que criticam a EBC, que criticam o conselho, dentro dos programas da EBC, convocando a sociedade para manifestação contra ou a favor, segundo ela, esse discurso desqualifica o compromisso ético e o equilíbrio do jornalismo da EBC, dentro da













própria emissora. O conselheiro **Mário Jakobskind** sugeriu levar à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) os fatos ocorridos. Em seguida, a presidenta **Rita Freire** passou a palavra para a conselheira **Matsa Hushahu Yawanawá** que disse sentia muita falta da voz da diversidade e que muitas vezes as mobilizações não são mostradas. A conselheira pediu que fizessem a divulgação da consulta pública das mulheres indígenas. Em seguida a presidente **Rita Freire** passou a palavra ao diretor de jornalismo **Ricardo Melo** para suas considerações a respeito das falas dos conselheiros. Com relação às falas sobre cobrir mais “de um lado do que outro”, segundo ele, é inevitável que uma empresa pública que seja plural e que pretenda defender os valores da democracia em certos momentos pareça estar defendendo um lado, mas que isso não significaria fazer uma cobertura partidarizada, tanto que o convite é feito aos políticos, personalidades, comentaristas de oposição e de outras visões políticas, mas que eles não vêm. E que o erro tem sido não registrar isso de público. O diretor de jornalismo **Ricardo Melo** salientou que a cobertura sobre o *impeachment*, a favor e contra, foram feitas em tempo integral, sem privilegiar mais horas a nenhuma cobertura, nesse sentido, ele parabenizou o trabalho conjunto que toda a EBC fez durante as manifestações, com muita dedicação. O diretor de jornalismo **Ricardo Melo** destacou que a TV Brasil tem dado voz às lideranças indígenas, aos movimentos das mulheres, e que esse é um dos objetivos da existência dela. Sobre o relatório da Ouvidoria, segundo ele, ali não estão registradas as inúmeras manifestações de aprovação da cobertura da TV Brasil. Quanto às falas sobre mais mulheres negras e jovens nas bancadas, ele refutou as críticas, pois, segundo ele, essa questão advém dos critérios dos concursos realizados que não priorizaram vagas para negros e portadores de necessidades especiais e que essas críticas são improcedentes. “98% dos nossos repórteres são concursados, as mulheres são maioria nas bancadas de apresentação dos jornais locais”. Finalizando, **Ricardo Melo** disse que todas as críticas são levadas em conta e o jornalismo está sempre aberto a receber e levar adiante o que estiver de acordo com as recomendações e com o manual de jornalismo da emissora. O ouvidor-Adjunto **Tiago Severino** esclareceu que na página 347 estava registrada a análise de todas as mensagens que chegaram do público sobre a percepção deles da cobertura política. A presidenta **Rita Freire** ponderou que “Vamos tentar ajustar isso com a Ouvidoria para termos um debate mais conjuntural”. O conselheiro **Isaias Dias** protestou com relação à forma com foi tratado o tema dos deficientes e que esperava que nos próximos concursos a cota de 5% para os trabalhadores com deficiência fosse respeitada. **Ricardo Melo** respondeu que todos os concursos públicos deveriam ter cota para negro, cota para mulher, cota para deficiente, ou seja, cumprir a lei, pois hoje a EBC não possuía os 5% estipulados em lei. O diretor-geral **Pedro Varoni** pontuou que a preocupação da EBC é prezar pela comunicação pública, mas esbarra numa série de pautas que estão ausentes da mídia tradicional e que são as pautas que a EBC desenvolve, como as questões de gênero, as questões dos direitos trabalhistas, a questão do direito de terra e que, independentemente do resultado de *impeachment*, esses movimentos são crescentes como é crescente a comunicação pública. Finalizados os debates, a presidenta **Rita Freire** fez os seguintes encaminhamentos, esclarecendo que alguns encaminhamentos foram mencionados na reunião com a Diretoria de Jornalismo, com a Superintendência de Agências e com os trabalhadores. 1 - Recomendação de equilíbrio. Terminadas as coberturas, avaliar se a EBC conseguiu dar voz à sociedade, com toda a sua pluralidade e com jornalismo crítico e equilibrado. Propostas apresentadas: 1 -

Atuação e a responsabilização do Comitê Editorial pelo acompanhamento do jornalismo da EBC – O Comitê Editorial é uma pauta positiva tanto Conselho Curador quanto da representação dos trabalhadores; 2 – Ouvidoria – Reivindicações da Ouvidoria devem ser respondidas e resolvidas na essência, não podem ter respostas vagas. Marcada reunião com a Secex e Ouvidoria para traçar estratégias de acompanhamento e respostas das questões que foram tratadas; 3 – Valorização da EBC depende da indicação do presidente da EBC. Apelos veementes foram feitos à autoridade competente, por meio da Secom, para designar de imediato o preenchimento do cargo. A representante do ministro da Secom, **Juliana Agatte**, justificou a ausência do ministro Edinho em razão da intensa agenda política, dizendo que o ministro esperava atender a reivindicação da designação do presidente da EBC o mais breve possível: “Para a empresa não ficar vulnerável com a cadeira da presidência vaga num momento tão crítico no país quanto este”; 4 – Aumento do número de mulheres nas bancadas. 5 – Ocupação de cargos comissionados, cargos de confiança, que sejam ocupados por 70% de trabalhadores da EBC. Compromisso firmado em acordo coletivo, apoiado pelo Conselho Curador. Dito isso, a presidenta, **Rita Freire**, colocou em votação os encaminhamentos. Aprovados. Após o intervalo, a presidenta **Rita Freire** colocou em votação a ATA da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador, realizada em 17 de março de 2016. A ata foi aprovada, condicionada a que, caso algum conselheiro ou conselheira tenha alguma retificação a fazer, esta deverá ser apresentada na próxima reunião do conselho. Em seguida, a presidenta, **Rita Freire**, passou a palavra à conselheira **Rosane Bertotti** para a apresentação do edital de consulta pública de eleição dos novos membros do Conselho Curador. A conselheira **Rosane Bertotti**, antes de iniciar a leitura do documento, explicou que o edital acolheria as sugestões da plenária, depois seria encaminhado ao Jurídico para ser finalmente publicado. A conselheira **Rosane Bertotti** observou que foram retiradas do texto as palavras **eleições** e **candidato**, pois se tratava de consulta pública e não de eleição. No decorrer da leitura, a conselheira **Ima Vieira** interrogou se estava na lei que poderiam se inscrever entidades da sociedade civil constituídas como pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. A conselheira **Rosane Bertotti** respondeu que o setor Jurídico iria analisar esse ponto. Com relação ao item 3.1. A presidenta **Rita Freire** sugeriu nova redação: “Cada postulante deverá contar com a indicação de, pelo menos, entidades de três setores diferentes da sociedade organizada”. A conselheira **Ima Vieira** pediu para uniformizar a linguagem do edital. Ela observou também no item 3.11 que não saberia se o item estava bem colocado no edital, pois estava se mostrando confuso: “Quando se fala da composição de 40% das vagas do Conselho Curador não quer dizer que é 40% deste edital; quando fala em comissão processante, interrompe e coloca conselho”. O conselheiro **Joelzito Araújo** solicitou substituir a palavra colegiado por conselho curador. Quanto à composição final da sociedade civil, a conselheira **Ima Vieira** propôs que a Amazônia deveria ser considerada regionalmente diferenciada por conta da extensão e população. A conselheira **Rosane Bertotti** pediu para que essa questão fosse debatida e formulada no final da leitura, mas ressaltou que se deveria buscar o equilíbrio regional. O conselheiro **Joelzito Araújo** solicitou explicações quanto ao item anterior, pois, segundo ele, se se pretende afirmar que teria que ter uma pessoa de cada região, eleita, ou o conselho observaria o critério final qual região está presente e essa região teria que estar ou se são cinco pessoas, portanto, uma de cada região. A conselheira **Rosane Bertotti** ponderou que esse item é o que está na lei, sendo rebatida pela








conselheira **Ima Vieira** que disse que na seleção concernente ao edital o conselho é quem determina quais são as prioridades. A conselheira **Rosane Bertotti** destacou que haverá de ter um por cada região, conforme a lei. Como a saída dos cinco conselheiros, então permanece um por cada região, garantindo a lei. A conselheira **Akemi Nitahara** observou que a Amazônia apesar de ser 70% do território nacional não é 60% da população brasileira. A conselheira **Ima Vieira** ponderou que na Amazônia havia importante representatividade. A relatora do edital, conselheira **Rosane Bertotti**, reiterou que seria preciso definir qual o critério que deveria ser usado para tratar diferentemente as regiões e não criar questionamentos futuros, uma vez que o edital tinha que comportar todos os critérios da seleção. A conselheira **Ima Vieira** disse que poderia ter um item dedicado aos casos omissos. O conselheiro Joelzito Araújo ponderou que uma vez que o conselho concorda com o edital, o trabalho de redação seria um trabalho posterior, juntamente com o setor Jurídico, sugerindo trocar casos omissos por casos não previstos. Dito isso, a presidenta **Rita Freire** consultou a conselheira **Ima Vieira** se ela poderia colaborar com a comissão processante. A conselheira **Ima Vieira** disse que depois das alterações feitas pelo pleno, poderia ser feita uma segunda versão, e que esta sim poderia ser olhada com olhar mais crítico, depois de reorganizada. Assim, a presidenta **Rita Freire** declarou que estavam aprovados, não a redação final do edital, mas os critérios que foram estabelecidos, o texto seria enviado por e-mail para os membros da sociedade civil em razão do prazo exíguo e da impossibilidade de esperar a próxima reunião do conselho. A presidenta **Rita Freire** reafirmou que estavam aprovando que as vagas para as quais estariam convocando a sociedade a se mobilizar seriam as vagas para integrar o conselho, representantes dos seguintes segmentos: a) Área da infância de adolescência; b) artística ou cultural; c) LGBT; d) Área ambiental e defesa dos direitos do campo; e) Área empresarial. Dito isso, passou-se à definição da data para a próxima reunião do Conselho Curador ficando acertados os dias 30 e 31 de maio de 2016. A conselheira **Rosane Bertotti** pediu a palavra para solicitar ao diretor-geral, **Pedro Varoni**, que providenciasse para o recinto das reuniões do Conselho Curador acesso à internet e à rede celular, pois isso facilitaria o trabalho de todos. A conselheira **Akemi Nitahara** reiterou alguns pontos colocados pelos trabalhadores ao diretor-geral. Um deles sobre a questão da roupa vermelha, que, segundo ela, há a questão do simbolismo e da semiótica e que isso faz diferença para quem está na bancada e para quem está assistindo televisão. Quanto à questão de falta de mulheres negras nas bancadas, a conselheira salientou que a empresa conta com pelo menos 50 mulheres negras e que estas deveriam ser aproveitadas na bancada, nas reportagens, em todos os espaços, inclusive nos debates. A conselheira **Akemi Nitahara** disse que os trabalhadores se esforçam para valorizar e aperfeiçoar a imagem da comunicação pública e a designação de um presidente, pertencente ao quadro de empregados da EBC, reforçaria o trabalho que tem sido feito em prol da empresa. Segundo ela, os empregados, rebatendo críticas assinaladas no relatório da Ouvidoria, deveriam ter mais tempo e mais reuniões para aprofundar mais as pautas, inclusive os 70-30 viria também reforçar a busca pelo fortalecimento da empresa, de ter mais funcionários em posições de chefia, mais estratégicas: “Fortalecem a empresa e blindam um pouco dessas mudanças que podemos ter ou não na política”. O diretor-geral **Pedro Varoni** destacou, em resposta à questão dos empregados concursados, que é preciso diálogo, conhecer o trabalho de cada um e talvez abrir espaços de projetos de conteúdos, que venham da parte deles, para que se possa considerar isso nas

9

[Handwritten signatures and initials]

transformações da grade. A respeito do preenchimento da vaga de presidente da EBC, disse que o assunto é tratado em outro nível governamental, mas a ideia dele, que está começando a sua gestão, é fazer a mediação com todos os espaços possíveis, com o Conselho Curador e com os trabalhadores. Com relação aos informes da empresa, o primeiro deles seria de um programa da Rádio Nacional AM/FM, são 52 programas, diários, de 32 minutos cada um sobre literatura. Trata-se de projeto feito a custo zero por funcionário concursado. O programa se baseia em entrevistas que o autor registra nos fóruns de literatura e bienais. O segundo informe é sobre o horário da novela, à noite. Segundo ele, o projeto é transferi-la para mais tarde, talvez às 23 horas, para dar espaço para programa de reflexão: "A ideia é fortalecer o momento político, o jornalismo, que é o que está dando audiência". O conselheiro **Mário Jakobskind** disse que o a emissora teria que ter novelas sobre a história do Brasil. A presidenta **Rita Freire** lembrou que por conta de resolução do Conselho Curador mudanças ou programas novos, novelas, deveriam fazer parte do plano de trabalho ou ter consulta ao Conselho Curador. Segundo ela, o plano de trabalho iria ser discutido nos próximos dois anos, já iniciando na próxima reunião dos dias 30 e 31 de maio, com a discussão das diretrizes, pois isso envolve compra de licenciamentos internacionais para que o Conselho Curador pudesse ter conhecimento e a empresa avançar nesses contratos e intercâmbios. O conselheiro **Joelzito Araújo** ponderou que ter novelas e filmes africanos é importante, pois é um ponto de referência para parte da comunidade negra. O conselheiro **Mário Jakobskind** sugeriu à direção da empresa que a grade da programação fosse mostrada em telão nas reuniões do conselho, isso, segundo ele, facilitava a discussão sobre ela. O conselheiro **Joelzito Araújo** propôs para avaliação que nas comemorações dos 50 anos da Rádio Nacional, pudesse agregar a figura do maestro Moacir Santos, maestro negro, da Rádio Nacional dos anos 40 e 50, talvez chamar o maestro negro Maya-Maya de São Paulo para reger um coral de crianças, a maior parte de crianças negras, segundo ele, essas homenagens são importantes, são simbólicas, têm audiência e marcam. Nada mais havendo a tratar, a presidenta **Rita Freire** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 61ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da EBC. Para constar, eu, **Juliana César Nunes** secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes à reunião.


RITA DE CASSIA FREIRE ROSA
 Presidenta


EVELIN MACIEL
 Vice-presidenta

JULIANA AGATTE
 Representante da SECOM

POLA RIBEIRO
Representante do Ministério da Cultura



AKEMI NITAHARA

Conselheira



ANA LUIZA FLECK SAIBRO

Conselheira

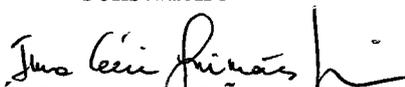
ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO

Conselheira



ENDERSON ARAÚJO DE JESUS SANTOS

Conselheiro



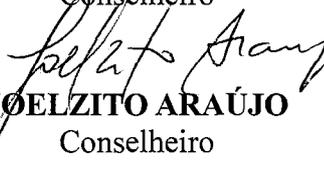
IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA

Conselheira



ISAIAS DIAS

Conselheiro



JOELZITO ARAÚJO

Conselheiro



LETICIA LUIZA YAWANAWÁ

Conselheira



MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND

Conselheiro

PAULO RAMOS DERENGOSKI

Conselheiro



ROSANE MARIA BERTOTTI

Conselheira



TAKASHI TOME

Conselheiro



VENÍCIO ARTHUR DE LIMA

Conselheiro

PEDRO VARONI

Diretor-Geral

TIAGO NUNES SEVERINO

Ouvidor-Adjunto da EBC



JULIANA CÉSAR NUNES

Secretária Executiva do Conselho Curador